

Endividamento interno

Terça-Feira, 12/9/89

vai a 15% do PIB

Rio — A dívida interna do governo Federal em poder do mercado financeiro poderá ter um crescimento real — já descontada a inflação — de 36,4% neste ano. O cálculo foi feito com base na previsão anunciada ontem pelo ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, de que a dívida mobiliária vai pular de 11% do PIB, em 1988, para até 15% no final deste ano. Apesar de reconhecer os elevados encargos para o Tesouro Nacional, o ministro garantiu que vai prosseguir com os juros elevados até o final do governo Sarney.

O ministro garantiu que esses custos elevados não criarão dificuldades para a nova administração e calculou que a herança seria pior se as taxas caíssem no **overnight**. “O mal hoje é infinitamente menor, pois o pior seria a desorganização da economia, que conduz à hiperinflação”, defendeu Mailson que ontem se encontrou com os dirigentes da Associação Nacional dos Bancos de Investimento (Anbid), no Hotel Copacabana Palace.

Apesar do tom otimista adotado para tratar da dívida interna, o ministro chamou a atenção para a crescente expansão da rentabilidade (ou deságio) paga pelo Banco Central ao Mercado nos leilões de LFTs. “Tivemos um aumento pequeno no deságio mas não de modo a preocupar”, frisou. Para hoje, a expectativa dos bancos é de que a rentabilidade fique na faixa de 0,95% para o volume de NCz\$ 4,5 bilhões de LFTs que vencem em junho de 1990. O deságio dos papéis que vencem no final deste ano é bem inferior e oscila em torno de 0,20% ao ano.

Herança

O ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, confia que seu sucessor receberá do governo Sarney uma boa herança, com a economia organizada e o risco de hiperinflação afastado. “A pior herança que poderíamos deixar para o próximo Governo seria um processo de desorganização da economia, mas, no mar de dificuldades em que navegamos, acrescentar um ou dois pontos percentuais na dívida pública é um mal infinitamente menor do que a hiperinflação”. Em reunião com cerca de 150 empresários e dirigentes de bancos de investimentos, ontem pela manhã, no Copacabana Palace, Mailson da Nóbrega

dissertou sobre ajustes na política monetária. “A política de juros que aplicamos é o elemento que dispomos para que a inflação não fuja do controle, com custos que são pesados para o Tesouro Nacional, mas inferiores em relação ao que a sociedade brasileira pagaria se a economia estivesse desorganizada”.

Mailson da Nóbrega disse ainda que os outros instrumentos que o Governo está utilizando para a manutenção do sistema econômico próximo da normalidade é a política fiscal, o controle de preços e reservas internacionais, mas não quis fazer nenhuma previsão de índices inflacionários, rebatendo, no entanto, as previsões de que a inflação pode chegar este mês a 40%. “Estamos pagando o processo de transição política difícil e complexo e as previsões de inflação alta atuam contra os interesses do País”, disse ele.

Esforço

Afirmou que o acordo conseguido com os credores da dívida externa é bom, se for comparado com os de outros países da América Latina, e que os candidatos à Presidência da República, que o criticam, utilizam-se apenas de uma estratégia política para vencer as eleições. “É um discurso de palanque, pois todos devem saber que não é apenas saldando a dívida externa que resolveremos nosso problema”. Mailson da Nóbrega comentou ainda o relatório do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) em que reconhece o esforço brasileiro para manter equilibrada a balança de pagamentos. “Mas em um processo de negociação este tipo de reconhecimento não serve. O BID reconhece apenas o grande esforço que fizemos diante de circunstâncias difíceis que a economia brasileira está operando nos últimos 15 anos, como a substituição de prioridades nas importações e o esforço em incrementar as exportações”. O ministro da Fazenda acha que o Brasil deve continuar pautando seu procedimento como uma Nação que deseja participar do mundo desenvolvido, saldando seus compromissos. “Todos concordamos em um ponto: que a dívida terá que ter uma redução no seu montante e nos seus encargos, mas dizer que isso será resolvido de uma forma unilateral é muito discurso para pouca realidade”, completou.